

**PLANO DE TRABALHO**

<b>FIELD PROJECT</b>	ATUALIZAÇÃO DO SITE DO COMITÊ BRASILEIRO DE ARBITRAGEM (CBAR)						
<b>AUTORIA</b>	COMITÊ BRASILEIRO DE ARBITRAGEM (CBAR)					<b>DISCENTES Nº MÁX.</b>	10
<b>SUPERVISÃO</b>	KARINA RICCIO					<b>DISCENTES Nº MÍN.</b>	6
<b>REQUISITOS</b>	Aberto para (i) todo o corpo discente						
<b>PÚBLICO ALVO</b>	Usuários e estudantes de arbitragem						
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR003 / GRDDIR036 / GRDDIR039 / GRDDIR041 / GRDDIR049 / GRDDIR065 / GRDDIR081	<b>PERÍODO</b>	2024.1	<b>NATUREZA</b>	PRÁTICA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60h

<b>EMENTA</b>	Atualização do <a href="#">site</a> do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr), que serve tanto de instrumento à disposição daqueles que pretendem se iniciar no instituto da arbitragem, como também de ferramenta aos membros do Comitê, que poderão utilizá-lo como uma importante fonte de pesquisa e trabalho.						
<b>PROBLEMA</b>	Como potencializar o alcance e facilitar o acesso aos materiais produzidos e disponibilizados pelo CBAr?						
<b>PRODUTO</b>	Site atualizado para o Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr).						
<b>OBJETIVO</b>	Sugerir ações para o aperfeiçoamento do site do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr) e deixar seu uso mais intuitivo para o usuário.						
<b>METODOLOGIA</b>	1ª etapa: identificação e discussão coletiva sobre as demandas do CBAr; 2ª etapa: reorganização e atualização do material atualmente disponível no site; 3ª etapa: apresentação dos resultados para a equipe do CBAr.						
<b>HABILIDADE</b>  Exigência MEC  RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	<input checked="" type="checkbox"/>	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.					
	Outras:						
<b>PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))</b>							
<b>ATIVIDADE</b>	<b>TEMA</b>						
1	Explicação sobre a proposta do <i>Field Project</i> . Apresentação do site e conversa com representante(s) do CBAr.						
2	Levantamento dos materiais e informações disponibilizados						
3	Levantamento dos materiais e informações disponibilizados						
4	Reorganização das abas						
5	Reorganização das abas						
6	Reorganização das abas						
7	Reorganização das abas						
8	Reorganização das abas						

9	Reorganização das abas
10	Atualização dos dados
11	Atualização dos dados
12	Atualização dos dados
13	Atualização dos dados
14	Apresentação a representante(s) do CBAr
15	Elaboração do relatório final e do pôster com o resultado do projeto para entrega à coordenação de ensino.
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	<p>Presença e participação nos encontros semanais e presenciais de orientação ao campo (20% da nota).  Entrega dos ementários e tarefas semanais (40% da nota).  Contribuição aos documentos escritos: (i) relatório de análise do site, (ii) relatório final e (iii) pôster para apresentação dos resultados do FP (40% da nota).  Conceitos: <b>A</b> (ótimo); <b>B</b> (bom); <b>C</b> (suficiente) e <b>D</b> (insuficiente).</p>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	<p>CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96, 3 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009.  MUNIZ, Joaquim de Paiva. Curso básico de direito arbitral: teoria e prática, 3 ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2015.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	<p>CÂMARA, Alexandre Freitas. Arbitragem: Lei nº 9.307/96, 5 ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2009.  CARREIRA ALVIM, J. E. Comentários à Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307, de 23/9/1996). Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2002.  CRETELLA NETO, José. Comentários à lei de arbitragem brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 2004.</p>